



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



BANCO GMAC S.A.

Demonstrações Financeiras

2016

**Senhores Acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

Avaliação do Resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2016, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$9.682 milhões (2015 - R\$11.341 milhões). O Patrimônio líquido atingiu R\$1.752 milhões (2015 - R\$ 1.620 milhões) e R\$ 12.336 milhões de Ativos (2015 - R\$ 13.940 milhões). O índice de Basiléia em 30 de junho de 2016 foi de 15,38% (2015 – 12,84%).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit, o Banco GMAC S.A. possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos no que se refere a:

- Riscos de Crédito, busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito;
- Riscos de Mercado, em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco;
- Riscos Operacionais, em função da avaliação de novos produtos e operações, monitoramento contínuo de processos, definição de indicadores de riscos e mensuração quantitativa de perdas operacionais; e
- Riscos de Liquidez, visa o acompanhamento e controle diário dos recursos disponíveis, seu descasamento de fluxos de ativos e passivos, e a capacidade da instituição de honrar suas obrigações.

A estrutura de gerenciamento dos riscos encontra-se disponível em nosso portal www.chevroletf.com.br, e é distribuído ao público de relacionamento do Banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional.

São Paulo, 23 de agosto de 2016.

A Administração



BANCO GMAC S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		6.596.342	7.256.609
Disponibilidades	4	15.182	13.091
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	387.092	448.399
Aplicações no mercado aberto		387.092	448.399
Operações de crédito	7	5.666.531	6.301.646
Operações de crédito - setor privado		3.643.813	3.296.480
Operações de crédito - vinculadas a cessão		2.177.561	3.124.015
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(154.843)	(118.849)
Operações de arrendamento mercantil		(72)	(572)
Operações de arrendamento a receber - setor privado		93	3.511
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(79)	(3.395)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(86)	(688)
Outros créditos		457.243	406.522
Diversos	8	457.243	406.434
Rendas a receber		(0)	88
Outros valores e bens		70.366	87.523
Bens não de uso próprio	9a	10.938	8.120
Despesas antecipadas	9b	59.428	79.403
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.299.978	6.502.907
Títulos e Valores Mobiliários	5b	196.792	236.902
Carteira própria		196.792	236.902
Operações de crédito	7	3.758.132	4.808.266
Operações de crédito - setor privado		2.605.540	2.785.093
Operações de crédito - vinculadas a cessão		1.255.286	2.125.182
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(102.694)	(102.009)
Operações de arrendamento mercantil		(10)	(11)
Operações de arrendamento a receber - setor privado		13	67
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(11)	(65)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(12)	(13)
Outros créditos		1.289.681	1.355.520
Diversos	8	1.289.678	1.355.517
Rendas a receber		3	3
Outros valores e bens		55.383	102.230
Despesas antecipadas	9b	55.383	102.230
PERMANENTE		440.164	180.321
Investimentos		427.191	73.345
Participações em controladas no país	10	427.191	73.345
Imobilizado de uso		9.750	7.706
Outras imobilizações de uso		15.749	14.658
(-) Depreciações acumuladas		(5.999)	(6.952)
Imobilizado de arrendamento	11	3.223	99.269
Bens arrendados		3.119	92.964
Superveniência de depreciação		2.803	91.845
(-) Depreciações acumuladas		(2.699)	(85.540)
Intangível		-	1
Ativos Intangíveis		-	546
(-) Amortizações acumuladas		-	(545)
TOTAL DO ATIVO		12.336.484	13.939.837



BANCO GMAC S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		6.328.099	6.397.936
Depósitos	12	2.352.195	2.794.856
Depósitos interfinanceiros		1.737.133	1.932.403
Depósitos a prazo		615.062	862.453
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	12	1.461.726	52.173
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		1.461.726	52.173
Outras obrigações		2.514.178	3.550.907
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.703	6.162
Fiscais e previdenciárias	15	224.798	173.461
Diversas	14	2.283.677	3.371.284
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.881.140	5.506.472
Depósitos	12	879.896	1.127.052
Depósitos interfinanceiros		354.271	880.679
Depósitos a prazo		525.625	246.373
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	12	873.262	1.310.668
Obrigações por emissão de Letras Financeiras		873.262	1.310.668
Outras obrigações		2.127.982	3.068.752
Fiscais e previdenciárias	15	727.700	838.318
Diversas	14	1.400.282	2.230.434
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		375.264	415.482
Resultado de exercícios futuros	17	375.264	415.482
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.751.981	1.619.947
Capital	18	1.454.438	1.454.438
De domiciliados no país		1.454.438	1.454.438
Reserva de lucros	18	297.543	165.509
TOTAL DO PASSIVO		12.336.484	13.939.837



BANCO GMAC S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.131.323	1.222.841
Operações de crédito	19	1.046.955	1.117.018
Operações de arrendamento mercantil		36.113	71.928
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	48.255	33.895
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(824.614)	(872.301)
Operações de captações no mercado	12a	(439.723)	(370.754)
Operações de arrendamento mercantil		(35.526)	(69.475)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros	7j	(242.470)	(352.225)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7g	(106.895)	(79.847)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		306.709	350.540
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(164.931)	(199.047)
Receitas de prestação de serviços		27.760	16.510
Rendas de tarifas bancárias	24	38.770	48.586
Despesas de Pessoal	20	(50.758)	(63)
Outras despesas administrativas	21	(167.570)	(244.116)
Despesas tributárias	25	(24.131)	(26.011)
Resultado de equivalência patrimonial	10	26.637	28.124
Outras receitas operacionais	22	57.399	36.968
Outras despesas operacionais	23	(73.038)	(59.045)
RESULTADO OPERACIONAL		141.778	151.493
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		722	1.347
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		142.500	152.840
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(46.890)	(51.322)
Provisão para imposto de renda corrente	13b	(23.319)	(33.862)
Provisão para contribuição social corrente	13b	(16.969)	(19.916)
Ativo fiscal diferido	13b	(6.602)	2.456
Participações estatutárias no lucro		(7.662)	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		87.948	101.518
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		77,05	88,94
Total de ações - 1.141.400.925			



BANCO GMAC S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.383.957	-	66.392	68.080	-	1.518.429
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 09/06/2015	70.481	-	-	-	(70.481)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	101.518	101.518
Destinação do lucro:						
Reservas de lucro	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	25.962	(25.962)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	5.075	-	(5.075)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	1.454.438	-	71.467	94.042	-	1.619.947
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.454.438	-	78.322	131.273	-	1.664.033
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	87.948	87.948
Destinação do lucro:						
Reservas de lucro	-	-	-	87.948	(87.948)	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em data posterior (nota 18c)	-	131.273	-	(131.273)	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	1.454.438	131.273	78.322	87.948	-	1.751.981



BANCO GMAC S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMÉSTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido Ajustado		40.489	58.855
Lucro Líquido do Semestre		87.948	101.518
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso		1.315	953
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento		557	11.751
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	3f	34.968	57.723
Outras despesas de arrendamento		1	1
Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso		(77)	(111)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(26.637)	(28.124)
Resultado na alienação de Bens Não de Uso - BNDU		(775)	(1.185)
Provisão para operações de crédito e de arrendamento de liquidação duvidosa	7g	106.895	79.847
Atualizações de depósitos judiciais em garantia e Impostos a Compensar	22	(41.980)	(30.672)
Provisão para contingências	16b	42.288	32.538
Resultados de Exercícios Futuros	17	(210.904)	(216.706)
Ativo Fiscal Diferido	13b	6.602	(2.456)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	13b	40.288	53.778
Varição de Ativos e Obrigações		5.583	(200.087)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(33.140)	(32.598)
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		(12.229)	(4.626)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		1.794.205	1.020.810
(Aumento) Redução em Outros Créditos		36.771	99.487
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		41.222	35.547
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens		(6.163)	(3.881)
Aumento (Redução) em Depósitos		(1.349.211)	(668.754)
Aumento em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		151.060	20.060
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(748.471)	(827.125)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		145.005	167.164
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		(13.466)	(6.171)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		46.072	(141.232)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de Capital em Investimentos	10	(300.000)	100.000
Alienação de Imobilizado de Uso		772	929
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.715)	(2.485)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		(300.943)	98.444
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(7.310)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(7.310)	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(262.181)	(42.788)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		664.455	504.278
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		402.274	461.490



BANCO GMAC S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As atividades operacionais do Banco GMAC S.A. (“Banco”) consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo GMAC, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

Em 30 de novembro de 2015, a General Motors Holdings Participações Ltda., controladora do Banco, foi incorporada pela General Motors Investment Participações Ltda., assumindo o controle do mesmo.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em observância as normas estabelecidas pelo BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional, consubstanciado no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 23 de agosto de 2016.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata temporis” para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b) Ativo circulante e realizável em longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis” e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas, de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica “Valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a rubrica “Valores residuais a balancear”, ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.



As provisões para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente a obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.



d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no semestre findo em 30 de junho de 2016, insuficiência de depreciação no montante de R\$34.968, (R\$57.723 em 2015), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava superveniência de depreciação para o primeiro semestre de 2016 de R\$2.803, (R\$91.845 em 2015), classificado no imobilizado de arrendamento (nota 11), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.
- O ativo intangível é constituído por gastos com a aquisição de desenvolvimentos logiciais, e sua amortização é efetuada pelo prazo de vida útil estimado.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC – 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment no semestre findo em 30 de junho de 2016.

h) Passivo circulante e exigível em longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “pro rata temporis” e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 30 de junho de 2016, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.



- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano (R\$120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% (após o aumento de 5% mencionado abaixo) sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

Frisamos que a lei 13.169/2015 (conversão da MP 675/15) impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018. Dessa forma, com base em nosso estudo técnico de realização dos créditos tributários, efetuamos o incremento de 5% sobre o crédito tributário calculado sobre as bases temporárias projetadas como dedução na base de cálculo da contribuição social até dezembro de 2018.

k) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.



m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes e (v) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Disponibilidades	15.182	13.091
Aplicações em operações Compromissadas - LFT e LTN (nota 5a)	<u>387.092</u>	<u>448.399</u>
Total	<u>402.274</u>	<u>461.490</u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

- a) As aplicações interfinanceiras de liquidez em 30 de junho de 2016 apresentavam montantes de R\$387.092, (R\$448.399 em 2015), com vencimento em até três meses, e que estavam representadas por operações compromissadas pré-fixadas, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) em 2016 e Letras do Tesouro Nacional (LTN) em 2015. No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$36.025, (R\$29.269 em 2015).

<u>Aplicação Interfinanceira de Liquidez</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações de Mercado Aberto – LFT (nota 4)	387.092	-
Aplicações de Mercado Aberto – LTN (nota 4)	-	<u>448.399</u>
Total	<u>387.092</u>	<u>448.399</u>

- b) Os Títulos e Valores Mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”) – Banco GMAC Financiamento a Concessionários, cujo saldo em 30 de junho de 2016 era de R\$196.792 (R\$236.902 em 2015). No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$12.230 (R\$4.626 em 2015).

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (i)	<u>196.792</u>	<u>236.902</u>
Total	<u>196.792</u>	<u>236.902</u>

- (i) Representado por aplicação em cotas do FIDC classificadas como mantidas até o vencimento, equivalente ao prazo de duração do Fundo previsto no seu regulamento.

O Fundo, administrado pela Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.



BANCO GMAC S.A.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 5,75% a.a. para cotas mezanino e a taxa DI mais 3% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que desconta-se a remuneração das outras classes de quotas.

Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

No quadro a seguir, estão demonstradas as relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	<u>% em relação ao patrimônio líquido (a)</u>
Cotas seniores	Máximo de 70%
Cotas subordinadas	Mínimo de 30%

- a) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 30% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

- a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

<u>Operações de Crédito</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Financiamentos	6.249.353	6.081.573
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	3.432.847	5.249.197
Operações de arrendamento mercantil (nota 7b)	296	10.325
Total	<u>9.682.496</u>	<u>11.341.095</u>



b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

	2016	2015
Operações de Arrendamento		
Arrendamentos a receber	106	3.578
Rendas a apropriar	(90)	(3.460)
Valores residuais a apropriar	216	7.288
Valores residuais a balancear	(216)	(7.288)
Imobilizado de arrendamento (nota 11)	3.223	99.269
Valor residual antecipado (nota 14)	(2.943)	(89.062)
Valor presente dos contratos (nota 7a)	<u>296</u>	<u>10.325</u>

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

	2016		2015	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado				
Pessoa física	8.225.943	85,0%	9.650.493	85,1%
Outros Serviços	1.123.866	11,6%	1.261.625	11,1%
Comércio	320.965	3,3%	415.600	3,7%
Indústria	11.722	0,1%	13.377	0,1%
Total	<u>9.682.496</u>	<u>100,0%</u>	<u>11.341.095</u>	<u>100,0%</u>

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2016		2015	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas:				
Até 60 dias	96.414	1,0%	83.616	0,7%
De 61 a 180 dias	36.527	0,4%	31.328	0,3%
De 181 a 360 dias	16.881	0,2%	12.132	0,1%
	<u>149.822</u>	<u>1,6%</u>	<u>127.076</u>	<u>1,1%</u>
Parcelas a vencer:				
Até 180 dias	3.657.537	37,7%	4.050.503	35,7%
De 181 a 360 dias	2.014.274	20,8%	2.253.048	19,9%
Acima de 360 dias	3.860.863	39,9%	4.910.468	43,3%
	<u>9.532.674</u>	<u>98,4%</u>	<u>11.214.019</u>	<u>98,9%</u>
Total	<u>9.682.496</u>	<u>100,0%</u>	<u>11.341.095</u>	<u>100,0%</u>

e) Concentração do risco de crédito

	2016		2015	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
10 maiores devedores	229.416	2,4%	252.234	2,2%
50 devedores seguintes	442.586	4,6%	526.020	4,6%
100 devedores seguintes	379.477	3,9%	441.575	3,9%
Demais devedores	8.631.017	89,1%	10.121.266	89,3%
Total	<u>9.682.496</u>	<u>100%</u>	<u>11.341.095</u>	<u>100,0%</u>

f) Composição da carteira por indexadores

	2016		2015	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pré-fixado	8.580.348	88,6%	9.969.257	87,9%
Pós-fixado	1.102.148	11,4%	1.371.838	12,1%
Total	<u>9.682.496</u>	<u>100%</u>	<u>11.341.095</u>	<u>100,0%</u>



g) Movimentação da provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Contratos em carteira	Contratos em carteira cedidos até 31/12/2011	Contratos em carteira cedidos após 01/01/2012	Total
Saldo no início do exercício	234.817	188	26.036	261.041
Constituição/(Reversão) de provisões	110.650	(188)	(3.567)	106.895
Baixas	(110.301)	-	-	(110.301)
Saldo no fim do exercício	235.166	-	22.469	257.635

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, e correspondente provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Nível de risco	Taxa de provisão %	2016		2015	
		Total de operações	Provisão constituída	Total de operações	Provisão constituída
AA	-	38.990	-	20.121	-
A	0,5%	7.945.468	39.727	9.826.521	49.133
B	1,0%	583.957	5.840	589.689	5.897
C	3,0%	776.852	23.306	642.692	19.281
D	10,0%	99.534	9.953	74.891	7.489
E	30,0%	43.131	12.939	38.846	11.654
F	50,0%	42.468	21.234	27.148	13.574
G	70,0%	24.865	17.405	22.184	15.528
H	100,0%	127.231	127.231	99.003	99.003
Total		9.682.496	257.635	11.341.095	221.559

i) Durante o semestre foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$26.294 (R\$27.916 em 2015), contido na linha Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 30 de junho de 2016, existiam contratos renegociados no montante de R\$19.792 (R\$31.614 em 2015).

j) Cessão de crédito

A partir de 1º de janeiro de 2012, o Banco, em atendimento aos requerimentos para classificação e registro contábil das operações de venda ou transferência de ativos financeiros, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/08, passou a classificar as cessões de crédito observando os critérios descritos na nota 3b.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R\$1.276.912 (R\$1.687.488 em 2015), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R\$32.595 (R\$33.220 em 2015).

O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 30 de junho de 2016, com retenção substancial de riscos e benefícios, registrados na rubrica de "Operações de crédito", totalizam R\$417.010 (R\$719.788 em 2015), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações – Diversas – Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$409.490 (R\$706.559 em 2015). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa para estas cessões no montante de R\$4.938 (R\$6.249 em 2015) registrado na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R\$771.036



(R\$920.971 em 2015), tendo apropriado despesas no montante de R\$209.875 (R\$319.005 em 2015). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2020.

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, a partir de 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de “Operações de crédito”, em 30 de junho de 2016 constam o montante de R\$3.015.837 (R\$4.529.409 em 2015), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de “Outras obrigações – Diversas – Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros” (nota 14) no montante de R\$3.126.632 (R\$4.693.466 em 2015). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$17.531 (R\$24.896 em 2015) registradas na rubrica “provisão para créditos de liquidação duvidosa”.

k) Composição da PDD – Carteira Cedida

		Contratos cedidos após 01/01/2012	
Nível de risco	Taxa de provisão %	Total de operações	Provisão constituída
AA	-	1.646	-
A	0,5%	3.115.272	15.577
B	1,0%	161.144	1.611
C	3,0%	152.073	4.562
D	10,0%	2.089	209
E	30,0%	57	17
F	50,0%	87	43
G	70,0%	98	69
H	100,0%	381	381
Total		3.432.847	22.469

8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	2016	2015
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 13c)	729.041	737.768
Depósitos judiciais (nota 16b) (i)	895.924	901.492
Devedores diversos - país (ii)	35.238	56.055
Impostos a recuperar (iii)	39.929	33.548
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 26e) (iv)	42.622	31.707
Adiantamentos e antecipações salariais	2.815	-
Outros	1.352	1.381
Total	1.746.921	1.761.951
Ativo circulante	457.243	406.434
Realizável em longo prazo	1.289.678	1.355.517

- (i) Refere-se principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão devidamente provisionados nas rubricas “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias” (nota 15) e “Provisão para riscos e obrigações legais” (nota 16). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (nota 22 e 23, respectivamente).



BANCO GMAC S.A.

- (ii) Representados principalmente por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, “Floor Plan” e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$32.741 (R\$51.751 em 2015). Refere-se também a valores de IPVA devidos pelos arrendatários, cobrados do Banco pelos Estados onde estes veículos estão registrados no montante de R\$1.029 (R\$1.394 em 2015) líquido de provisão para perda, que o Banco cobrará posteriormente dos respectivos arrendatários.
- (iii) Refere-se à antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$39.929 (R\$33.548 em 2015).
- (iv) Refere-se principalmente a valor a receber de financiamento da modalidade de “Floor Plan” e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$28.309 (R\$31.382 em 2015) e a valores a receber de ligadas de despesas com pessoal no valor de R\$ 14.296.

9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No semestre findo em 30 de junho de 2016 o saldo de Bens não de Uso totalizava R\$10.938 (R\$ 8.120 em 2015).

b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas classificadas em “Outros valores e bens” referem-se às comissões de originação de operações de crédito pagas aos correspondentes no País. Destaca-se que as comissões originadas, a partir de 2015, estão em conformidade com a Resolução BACEN 4.294/14, que estabeleceu que as comissões pagas aos correspondentes em decorrência da originação de novas operações de crédito devem ser reconhecidas integralmente quando da originação da operação, bem como ficam limitadas aos percentuais máximos de 6% do valor da nova operação originada e 3% do valor da operação objeto de portabilidade, e em conformidade com a Circular BACEN nº 3.738/14, que estabelece os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País, facultando a aplicação escalonada da apropriação contábil, opção adotada pelo Banco. A apropriação das comissões é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. No semestre findo em 30 de junho de 2016, o saldo de despesas antecipadas no montante de R\$114.811 (R\$181.633 em 2015), e foram apropriadas ao resultado despesas no montante de R\$79.743 (R\$103.012 em 2015), na rubrica “Outras Despesas Administrativas” (nota 21).

10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2016		2015	
	GMAC Adm de Consórcio LTDA	GMACI Corretora de Seguros LTDA	GMAC Adm de Consórcio LTDA	GMACI Corretora de Seguros LTDA
Dados da controlada:				
Patrimônio Líquido no final do exercício antes da apuração do resultado	62.964	37.594	33.199	12.027
Lucro (prejuízo) do exercício	15.269	11.369	14.731	13.396
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos:				
No início do exercício	62.964	37.590	33.196	112.025
Pagamento de dividendos	-	-	-	(100.000)
Aumento de Capital	300.000	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	<u>15.269</u>	<u>11.368</u>	<u>14.729</u>	<u>13.395</u>
No final do exercício	<u>378.233</u>	<u>48.958</u>	<u>47.925</u>	<u>25.420</u>



11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Taxa de depreciação (i)	2016	2015
Veículos	20,00% a.a.	3.084	92.918
Perdas em Arrendamento a amortizar		<u>35</u>	<u>46</u>
Total de bens arrendados		3.119	92.964
Superveniência de depreciação (nota 3f)		2.803	91.985
Depreciação acumulada		<u>(2.699)</u>	<u>(85.540)</u>
Imobilizado de arrendamento (nota 7b)		<u>3.223</u>	<u>99.269</u>

(i) Taxas de depreciação conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº 140/84

12. CAPTAÇÕES

	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	<u>2.091.404</u>	<u>2.813.082</u>
Depósitos a prazo	1.140.687	1.108.826
Letras financeiras	<u>2.334.988</u>	<u>1.362.841</u>
Total	<u>5.567.079</u>	<u>5.284.749</u>
Passivo circulante	<u>3.813.921</u>	<u>2.847.029</u>
Exigível em longo prazo	1.753.158	2.437.720

As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letras Financeiras com vencimentos até maio de 2020, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 11,1% e 16,7% ao ano no montante de R\$1.358.391 (R\$538.393 em 2015) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do CDI ou da SELIC no montante de R\$4.208.688 (R\$4.746.356 em 2015).

a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2016	2015
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	<u>185.332</u>	<u>192.515</u>
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	85.807	85.025
Letras financeiras	167.330	91.075
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	<u>1.254</u>	<u>2.139</u>
Total	<u>439.723</u>	<u>370.754</u>



13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2016		2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação	142.500	142.500	152.840	152.840
Alíquotas	25%	20%	25%	15%
Despesa de acordo com as alíquotas	(35.625)	(28.500)	(38.210)	(22.926)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participações estatutárias no lucro	1.916	1.532	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	6.661	5.329	7.031	4.219
Outras adições/exclusões permanentes	735	591	(444)	(267)
Total IR e CS sobre despesas permanentes	9.312	7.452	6.587	3.952
Incentivos Fiscais (i)	459	-	-	-
Ajuste de imposto corrente exercício anterior (ii)	-	-	(537)	-
Ajuste de imposto diferido exercício anterior (iii)	-	-	(125)	(75)
Adicional do imposto de renda	12	-	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(25.842)	(21.048)	(32.273)	(19.049)
	(46.890)		(51.322)	

- (i) Do total dos incentivos fiscais em 2016, R\$ 439 refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e R\$ 20 refere-se ao incentivo do Vale Cultura.
- (ii) Ajuste refere-se substancialmente ao reconhecimento contábil do recálculo da base de IRPJ do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- (iii) Reversão de prejuízo fiscal de R\$125 e base negativa de R\$75, referente a despesas registradas como sendo dedutíveis no período de novembro de 2009, todavia, posteriormente glosadas conforme auto de infração número 08.1.66.00-2011-00476-6 emitido em dezembro de 2013.

b) Composição do “Resultado de imposto de renda e contribuição social”

	2016		2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social (i)	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS correntes devidos no exercício	(23.319)	(16.969)	(33.862)	(19.916)
Constituição / realização de impostos diferidos:	(2.523)	(4.079)	1.589	867
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	(10.196)	(5.938)	(14.287)	-
Provisão para operação de crédito	4.175	3.340	2.253	1.352
Provisões para riscos fiscais	5.838	4.670	6.002	3.601
Outras Adições Temporárias	1.675	1.339	693	416
Correção de Depósitos Judiciais	(9.363)	(7.490)	(7.378)	(4.427)
Superveniência de Depreciação	5.348	-	14.663	-
Ajuste de Imposto Diferido Exercício Anterior	-	-	(125)	(75)
Total	(25.842)	(21.048)	(32.273)	(19.049)
	(46.890)		(51.322)	



c) Origem dos créditos tributários de imposto renda e contribuição social em 30 de junho:

	2016		2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízos fiscais	176.984	-	189.435	5.652
Diferenças temporárias:				
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	121.453	93.898	132.489	79.494
Provisão para riscos fiscais	172.937	109.979	178.788	107.375
Outras Adições Temporárias (i)	30.508	23.282	27.676	16.859
Total de créditos tributários IRPJ e CSLL	501.883	227.159	528.388	209.380
Total de créditos tributários	<u>729.041</u>		<u>737.768</u>	
Ativo circulante		<u>146.985</u>		<u>197.846</u>
Realizável em longo prazo		<u>582.056</u>		<u>539.922</u>

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos para fornecedores.

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho:

Ano	IR		CS		Valor contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa	Total	Total
2016	81.428	(25.587)	65.558	-	121.398	93.783
2017	54.626	4.333	43.700	-	102.658	79.411
2018	19.091	10.876	16.006	-	45.973	35.975
2019	156.298	107.732	93.846	-	357.877	282.139
2020	6.551	11.688	3.927	-	22.167	17.544
2021	3.290	12.551	1.970	-	17.811	14.127
2022	1.132	13.476	675	-	15.282	12.139
2023	972	13.929	579	-	15.481	12.302
2024	810	14.397	482	-	15.689	12.462
2025	700	13.589	416	-	14.705	11.673
Total	<u>324.898</u>	<u>176.984</u>	<u>227.159</u>	-	<u>729.041</u>	<u>571.555</u>

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$571.555 (R\$495.163 em 2015), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de *impairment* tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.



e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

<u>Créditos tributários:</u>	31/12/2015	Constituições (Realizações) Líquidas	30/06/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos fiscais	272.408	10.508	282.916
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos baixados	207.836	7.515	215.351
Outras adições temporárias	50.776	3.014	53.790
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	531.020	21.037	552.057
Créditos de Prejuízo Fiscal (i)	194.048	(17.064)	176.984
Créditos de Base Negativa de Contribuição Social	5.938	(5.938)	-
Total de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	199.986	(23.002)	176.984
Total de créditos Tributários	731.006	(1.965)	729.041
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência (nota 15)	(8.420)	5.348	(3.072)
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais (nota 15)	(133.221)	(16.853)	(150.074)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	(141.641)	(11.505)	(153.146)
Líquido	589.365	(13.470)	575.895

(i) Em abril de 2016 houve uma baixa no crédito tributário de prejuízo fiscal no valor de R\$ 6.868 (R\$ mil) em virtude de sua utilização para pagamento de valores envolvidos em processo incluso na anistia da Lei 11.941/09.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	2016	2015
Provisão para riscos cíveis (nota 16)	45.301	37.200
Provisão para riscos trabalhistas (nota 16)	36.872	32.473
Credores por antecipação de valor residual (nota 7b)	2.943	89.062
Credores diversos - país (i)	12.574	22.967
Valores a pagar de despesas com pessoal	20.085	-
Valores a pagar de sociedades ligadas (nota 26e)	16.910	2.195
Valores a pagar a fornecedores diversos	13.152	15.613
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos de crédito (nota 7j) (ii)	3.536.122	5.400.025
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	531
Outros	-	1.262
Total	3.683.959	5.601.718
Passivo circulante	2.283.677	3.371.284
Exigível em longo prazo	1.400.282	2.230.434

(i) Refere-se substancialmente a valores de cessão de crédito da modalidade denominada “Floor Plan” no valor de R\$10.616, (R\$17.841 em 2015), os quais são pagos ao FIDC no primeiro dia útil subsequente a efetivação das operações.

(ii) Refere-se ao passivo das cessões de crédito de operações de varejo no montante de R\$3.126.632 (R\$4.693.466 em 2015) e FIDC no montante R\$409.490 (R\$706.559 em 2015), conforme nota 7j.



15. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2016	2015
Outros impostos indiretos a pagar (i)	9.093	8.711
Provisão para imposto sobre o lucro – corrente – IRPJ e CSLL	40.288	53.241
Provisão para imposto de renda diferido sobre Superveniência (nota 13e)	3.072	23.083
Provisão para impostos diferidos sobre atualização de depósitos judiciais (nota 13e)	150.074	144.754
Provisões para riscos e obrigações legais (nota 16a)	<u>749.971</u>	<u>781.990</u>
Total de outras obrigações fiscais e previdenciárias	952.498	1.011.779
Passivo circulante	<u>224.798</u>	<u>173.461</u>
Exigível em longo prazo	<u>727.700</u>	<u>838.318</u>

(i) Referem-se substancialmente à provisão a recolher de IPVA R\$2.276 (R\$3.085 em 2015) e ISS, IR, PIS e COFINS a recolher R\$3.480 (R\$3.842 em 2015).

16. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	2016	2015
Contribuição social - CSLL	190.529	243.036
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	382.402	347.718
Imposto de renda - IRPJ	41.034	65.778
Programa de Integração Social - PIS	121.136	111.375
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	14.414	13.662
Outros	<u>456</u>	<u>421</u>
Total de provisão para risco e obrigações legais (nota 15)	749.971	781.990
Provisão para Riscos:		
Provisões para riscos cíveis (nota 14)	45.301	37.200
Provisões para riscos trabalhistas (nota 14)	<u>36.872</u>	<u>32.473</u>
Total de provisões e obrigações legais	<u>832.144</u>	<u>851.663</u>

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	726.592	38.355	42.623	807.570
Constituições (Reversões) Líquidas do exercício	30.232	696	11.360	42.288
Valores pagos no exercício	(6.853)	(2.179)	(8.682)	(17.714)
Saldo no final do exercício	<u>749.971</u>	<u>36.872</u>	<u>45.301</u>	<u>832.144</u>
Total dos depósitos em garantia (nota 8)	<u>852.421</u>	<u>16.884</u>	<u>26.619</u>	<u>895.924</u>

Obrigações Legais

CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a



base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas. No semestre findo em 30 de junho de 2016, houve a baixa do valor remanescente da reserva de um processo relacionado ao REFIS, com o reconhecimento de benefício no valor de R\$ 4.785 sobre saldos anistiados.

Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

	2016		2015	
	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)
<u>Causas Possíveis</u>				
Cíveis (i)	1.513	16.850	1.195	16.632
Trabalhistas	<u>31</u>	<u>20.610</u>	<u>21</u>	<u>7.275</u>
Total	<u>1.544</u>	<u>37.460</u>	<u>1.216</u>	<u>23.907</u>

(i) Além das causas referentes aos descritivos acima incluídos, o Banco é parte em ação impetrada pelo Ministério Público, que questiona a atualização de contratos de arrendamento mercantil indexados ao dólar referentes ao período de janeiro de 1999 até janeiro de 2004, cujo valor em discussão é de R\$ 4.310.

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$375.264 (R\$415.482 em 2015), conforme nota 26e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações, na rubrica de “Receitas com Operações de Crédito” no montante de R\$210.904 (R\$216.706 em 2015), conforme nota 19.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social no montante de R\$1.454.438 (R\$1.454.438 em 2015) está representado por 1.141.400.925 ações ordinárias (1.141.400.925 em 2015), com valor referencial de R\$1,27 (um real e vinte e sete centavos). Em 30 de novembro de 2015, a General Motors Holdings Participações Ltda., foi incorporada pela General Motors Investment Participações Ltda., que passou a deter a totalidade das ações de emissão do Banco.

Em 30 de abril de 2015, a General Motors Holdings Participações Ltda., realizou aumento de capital integralizando reserva de lucros, no montante de R\$70.481, o qual foi homologado pelo BACEN em 09 de junho de 2015.

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No semestre findo em junho de 2016, o banco não provisionou dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas.



c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2016 é de R\$297.543 (R\$165.509 em 2015).

Em 30 de abril de 2016 a General Motors Investment Participações Ltda. deliberou o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$ 131.273 que foi homologado pelo Banco Central em 12 de julho de 2016.

19. RECEITA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

No semestre findo em 30 de junho de 2016 e 2015, foram reconhecidas no resultado receita de operações de crédito, conforme demonstrado:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita com operação de atacado	109.600	135.100
Receita com operação de varejo	726.451	765.212
Rendas com apropriação de subsídios (nota 17)	210.904	216.706
Total	<u>1.046.955</u>	<u>1.117.018</u>

20. DESPESAS DE PESSOAL

A partir de 01 de dezembro de 2015, os colaboradores registrados na GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda., prestadora de serviços do grupo Chevrolet Serviços Financeiros, foram transferidos para o Banco GMAC S.A., cessando a prestação de serviços de terceiros desta natureza, entre empresas. Tais despesas foram integralmente assumidas pelo Banco a partir desta data e passaram a ser reconhecidas como “Despesas de Pessoal”:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas com proventos	28.297	-
Despesas com encargos sociais	14.349	63
Despesas de benefícios	7.837	-
Outras	275	-
Total	<u>50.758</u>	<u>63</u>

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica “Outras despesas administrativas” apresentava a seguinte composição no semestre:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Comissões pagas às concessionárias (nota 9b)	79.743	103.012
Prestação de serviços de terceiros (nota 26e) (i)	-	56.524
Sistemas de processamento de dados	17.502	13.276
Serviços técnicos especializados	20.446	11.255
Propaganda e publicidade	4.780	6.567
Sistemas de comunicação	6.158	7.904
Serviços prestados de terceiros	11.002	16.750
Despesas com sistema financeiro	7.873	9.913
Emolumentos pagos aos cartórios	9.995	8.530
Amortizações e depreciações	1.315	953
Outras	8.756	9.432
Total	<u>167.570</u>	<u>244.116</u>



BANCO GMAC S.A.

- (i) Refere-se à prestação de serviços de terceiros realizado pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda. (nota 26e). Esta prestação de serviço foi encerrada em 01 de dezembro de 2015, conforme detalhado na nota 20.

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras receitas operacionais” apresentava a seguinte composição no semestre:

	2016	2015
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais e Impostos a Compensar	41.980	30.672
Recuperação de despesas	6.462	1.584
Reversão de provisão fiscal (i)	5.056	1.633
Reversão de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	3.044	545
Outros	857	2.534
Total	<u>57.399</u>	<u>36.968</u>

- (i) Refere-se substancialmente à baixa do valor remanescente da reserva de um processo relacionado ao REFIS, com o reconhecimento de benefício no valor de R\$ 4.785 sobre saldos anistiados. Em 2015 refere-se substancialmente à reversão de provisão para contingências fiscais de PIS no montante de R\$1.589, sobre a discussão de alargamento de base e em virtude do valor ter atingido a decadência antes da autuação da Receita Federal.

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras despesas operacionais” apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	35.288	25.668
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	15.100	9.048
Despesa com juros e cobrança	10.835	8.237
Despesas com partes relacionadas (nota 26e)	9.619	13.119
Despesas com juros e multas	40	69
Outras	2.156	2.904
Total	<u>73.038</u>	<u>59.045</u>

24. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confecção de Cadastro (TCC), no montante de R\$38.770 (R\$48.586 em 2015).

25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Despesas Tributárias” apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
COFINS	16.763	18.798
PIS	2.724	3.054
ISS	3.338	3.370
OUTROS	1.306	789
Total	<u>24.131</u>	<u>26.011</u>



26. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de Abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.

b) Benefícios de Curto Prazo

	2016	2015
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	941	1.195
Remuneração variável	313	509
Outras	<u>851</u>	<u>754</u>
Total	<u>2.105</u>	<u>2.458</u>

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme previsto na Lei 4.595/64, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

e) Transação com partes relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos exercícios, podem ser resumidos como segue:

	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receita (despesas)	Ativo (passivo)	Receita (despesas)
<u>Partes relacionadas</u>				
<u>General Motors do Brasil Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	28.309	-	31.515	-
Rendas de prestação de Serviços	-	7.974	-	7.974
Outras obrigações – Diversas (nota 14)	(15.596)	-	-	-
Resultado de exercícios futuros (nota 17)	(375.264)	210.904	(415.482)	216.706
<u>GMAC Prest. de Serviços de Mão-de-obra Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	-	-	1	-
Captações em depósitos a prazo	(5.832)	(347)	(30.550)	(1.657)
Prestação de Serviços (nota 21)	-	-	-	(56.524)
<u>GM Administradora de Bens Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	17	-	15	-
<u>Empresas controladas</u>				
<u>GMAC Administradora de Consórcios Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	-	-	111	-
Captações em depósitos a prazo	(428.882)	(11.045)	(80.242)	(3.652)
Receita de prestação de serviços	-	5.128	-	-
<u>GMACI – Corretora de Seguros Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	-	-	65	-
Captações em depósitos a prazo	(50.153)	(2.838)	(25.782)	(1.983)
Receita de prestação de serviços	-	3.061	-	-



BANCO GMAC S.A.

ControladoraGeneral Motors Financial Inc.:

Outros créditos (nota 8)	14.296	-	-	-
Outras obrigações – Diversas (nota 14 e 23)	(1.314)	(9.619)	(2.195)	(13.119)
Receita de prestação de serviços	-	3.132	-	-

General Motors Investment Participações Ltda.:

Captações em depósitos a prazo	(1.123)	(117)	(514)	(30)
--------------------------------	---------	-------	-------	------

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS / anistia lei nº 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui, em 30 de junho de 2016, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$ 236.563 (R\$ 241.672 em dez/2015), sendo R\$ 58.018 (R\$ 58.018 em dez/2015) de principal, R\$ 523 (R\$ 523 em dez/2015) de multas e R\$ 178.022 (R\$ 183.130 em dez/2015) de juros. No semestre findo em 30 de junho de 2016, houve a baixa do valor remanescente da reserva de um processo relacionado ao REFIS, com o reconhecimento de benefício no valor de R\$ 4.785 sobre saldos anistiados. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juízes responsáveis.

b) Alteração na legislação fiscal

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/15, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

Foi editado o Decreto 8.426/2015 que majorou a alíquota das contribuições sociais do PIS e da Cofins de zero para 0,65% e 4%, respectivamente, aplicável às pessoas jurídicas não financeiras, incidente sobre as receitas financeiras, incluindo aquelas decorrentes de operações de hedge e excluídas as variações cambiais de exportação e passivos cambiais. As novas alíquotas se aplicam no caso das pessoas jurídicas que apuram as referidas contribuições pelo regime não cumulativo e estarão vigentes a partir de 1 de julho de 2015.



BANCO GMAC S.A.

28. ÍNDICE DA BASILÉIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2016 foi de 15,38%.

Título / Risco ponderado	<u>Ativos</u>	<u>Ativo ponderado por risco</u>	<u>Patrimônio de referência exigido</u>
Risco reduzido - 20%	15.861	3.172	349
Risco reduzido - 75%	8.325.833	6.244.375	686.881
Risco reduzido - 100%	1.864.484	1.864.484	205.093
Risco reduzido - 250%	158.086	395.214	43.474
Risco reduzido - 300%	71.308	213.923	23.532
Sub Total 1	<u>10.435.572</u>	<u>8.721.168</u>	<u>959.329</u>
Parcela para cobertura de Risco Operacional	1.416.326	1.416.326	155.796
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	84	84	9
Sub Total 2	<u>1.416.410</u>	<u>1.416.410</u>	<u>155.805</u>
Total	<u>11.851.982</u>	<u>10.137.578</u>	<u>1.115.134</u>
Patrimônio de referência			1.559.050
Índice de basiléia			15,38%



Introdução

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado GMAC (neste documento denominado, simplesmente, Grupo GMAC) foi instalado no dia 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas do Banco GMAC S.A., e atua como único para o Consolidado Econômico-Financeiro do Grupo GMAC. Na reunião realizada em 23 de agosto de 2016, foram aprovadas as matérias objeto do Relatório do Comitê de Auditoria e o seu respectivo Resumo, estando a íntegra do Relatório à disposição do Banco Central do Brasil na sede da Instituição.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se com o propósito de analisar as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2016, previamente recebidas, assim como examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum. Com relação às atividades e informações do primeiro semestre de 2016, o Comitê destaca os seguintes temas:

a) Avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos.

O Comitê recebeu informações acerca das atividades desenvolvidas pela área de Controles Internos, regulamentado na forma das Instruções CVM 505 e 539, e entende que o Sistema de Controles Internos do Grupo GMAC é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, considerando que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais e de Compliance estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com a regulamentação.

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcio, referentes à data base de 30 de junho de 2016.

O Comitê considera que as Auditorias Independente e Interna vêm desenvolvendo seu trabalho de maneira plenamente satisfatória, adequados à complexidade e porte da instituição.

O Comitê mantém com os auditores independentes fluxo regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores.

O Comitê acompanha o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio das reuniões periódicas, com as apresentações das respectivas recomendações e a execução do plano proposto e aprovado.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar, de maneira significativa, a solidez e a continuidade do Grupo GMAC.

b) Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis

O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis.

Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Grupo GMAC na elaboração das demonstrações contábeis. Desta forma, também foram prestados os devidos esclarecimentos com relação às demonstrações financeiras e verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê ressaltou que reconhece o esforço de melhoria continua proposto pela Administração e a aplicação das melhores práticas de mercado no que tange à Governança Corporativa, bem como em relação às melhorias dos controles internos e ao comprometimento com a transparência.

Concluiu que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias e áreas de riscos e controles internos são eficazes e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras para a data-base de 30 de junho de 2016.



c) Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores Independentes e Internos

As recomendações em aberto dos Auditores Independentes e Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores, foram apresentadas e discutidas pelos membros, que avaliaram os cronogramas propostos e os cumprimentos das recomendações como satisfatórios.

Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações contábeis consolidadas e auditadas do Grupo GMAC, para a data-base de 30 de junho de 2016.

São Paulo, 23 de agosto de 2016.

O Comitê de Auditoria



Aos Administradores e Acionistas do
Banco GMAC S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GMAC S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações de arrendamento mercantil, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável em longo prazo, e rendas de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo “Base para Opinião com Ressalva” no que tange a reclassificação das operações de arrendamento mercantil, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GMAC S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 23 de agosto de 2016.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



BANCO GMAC S.A.

ANOTAÇÕES

Empty space for notes.



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS